

MOVIMENTOS SOCIAIS



Ditaduras são compostas por dois elementos: ruptura institucional e repressão. Se a ruptura institucional já ocorreu com o golpe que destituiu a presidenta Dilma, a repressão ganha contornos preocupantes na conjuntura atual, o que demonstra a gravidade da instabilidade democrática brasileira.

As ameaças aos movimentos sociais

Desde o início, esta sessão trata dos processos dos movimentos sociais, dando ênfase às diferentes estratégias e traçando paralelos com a democracia. No entanto, o cenário atual, piorado nos últimos meses, demonstrou a necessidade de focar a altíssima instabilidade democrática demonstrada nas diferentes formas de repressão e violência contra as iniciativas populares no Brasil.

Os componentes de um golpe de Estado foram alterados para viabilizar a retirada antidemocrática do PT do governo para o qual havia sido eleito. Se antes o formato era militarizado, dessa vez os avalistas da ruptura vieram de um consórcio formado entre os poderes Judiciário, Legislativo e a mídia.

A repressão institucionalizada

Uma ditadura precisa, para além da ruptura institucional, garantir o silêncio dos seus opositores. E nessa etapa, a repressão também ganhou diferentes con-

tornos. Primeiro porque ela é, em parte, institucionalizada pelo próprio Poder Judiciário e ações nefastas do Legislativo.

Um exemplo disso é a Reforma Trabalhista. Entre tantas polêmicas trazidas pelo texto legal aprovado pela Câmara e pelo Senado sem possibilidade de questionamento, o sufocamento do movimento sindical demonstra esse processo repressivo.

A questão financeira é fundamental para compreendermos essa estratégia repressiva. O texto da reforma deu fim ao imposto sindical. Em paralelo a isso, o Supremo Tribunal Federal garante a existência de uma liminar que tenta inviabilizar o financiamento sindical previsto em negociação coletiva, o que seria a melhor alternativa. A parceria entre Legislativo e Judiciário deixa clara a ofensiva para inviabilizar o movimento dos trabalhadores brasileiros.

A discussão do imposto sindical é complexa, e boa parte do movimento sindical historicamente se posicionou contra a existência dele. A questão é que a combinação entre a Reforma Trabalhista e o papel do

Judiciário com o objetivo de inviabilizar a existência das estruturas sindicais limita severamente a liberdade sindical.

Já se pode assistir a um complexo processo de restrições organizativas e financeiras dos sindicatos, que passam por reformulações de orçamento, fechando sedes, demitindo pessoas e vendendo seus ativos. Evidentemente esse processo coíbe primeiro os sindicatos de menor porte e capacidade de resistência que, na maioria dos casos, representam categorias com menos direitos e condições de trabalho.

No entanto, também a grandes máquinas sindicais em dificuldades. Exemplo disso são as crises financeiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que passam por dificuldades até mesmo de remuneração dos funcionários e de manutenção das estruturas.

Tanto o Dieese quanto a CUT representaram, nas últimas três décadas, importantes instrumentos de luta da classe trabalhadora e que garantiram avanços inquestionáveis, como a valorização real do salário mínimo, efetivada pelo governo do presidente Lula.

A inviabilização financeira dessas entidades representa uma lógica de repressão organizada por estruturas do Estado e apoiada pelo setor empresarial, que se constitui em real passo da ruptura democrática vivida no Brasil. Fica imposta uma limitação real à capacidade de organização da classe trabalhadora brasileira.

A repressão violenta – a antessala do crime de Estado

Outra frente da repressão é policial. Não é raro assistirmos casos de reação violenta das polícias às manifestações. O último exemplo recente é o da repressão aos servidores públicos municipais da cidade de São Paulo, que protestavam pacificamente contra a reforma da previdência municipal, proposta por João Doria Jr.

Já não é a primeira vez que um protesto contra ações do prefeito de São Paulo ganha esse tratamento. Foi assim contra o movimento estudantil, é assim na Gracelandia e foi assim contra os servidores. E parece que seguirá assim, já que o prefeito é pré-candidato a governador do Estado de São Paulo, calando inclusive aqueles que se opõem a ele dentro do próprio partido.

O prefeito é uma marca da expressão da intencionalidade ditatorial pela qual passa o Brasil. Desfila seu ódio e sua incapacidade de diálogo nas redes sociais de forma constante, adota o discurso tacanho do MBL com uma facilidade assustadora e chega ao absurdo de afirmar que o PSB seria “extrema esquerda”, mesmo com o apoio quase fraternal desse partido ao governo do estado de São Paulo ao longo dos últimos anos.

Violência e ódio se combinam para gerar uma extrema dificuldade de ressonância dos processos de resistência. As polícias se aliam, via de regra, a determinadas matrizes políticas de governos, para sempre reprimir atos contrários a determinados partidos e governantes. Não foi vista nenhuma repressão aos atos verde-amarelos de 2015 e 2016.

A repressão que mata

No entanto, não há forma mais nefasta de repressão do que aquela que literalmente mata. E, aqui, há mortes provocadas ora por agentes públicos ora por pistoleiros contratados pelos donos do poder. A consolidação da aliança entre os donos do poder e os golpistas é de tal forma evidente que os crimes são cometidos sem nenhum pudor.

São inúmeras lideranças indígenas, camponesas e rurais assassinadas todos os anos no Brasil. Nos últimos dois anos, foram mais de cem assassinatos no campo com o intuito de calar vozes da resistência.

O caso da vereadora do PSol do Rio de Janeiro Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro demonstra uma complexidade do processo repressivo que deixa qualquer democrata (até mesmo os liberais) assustado. Marielle foi assassinada em todas as suas representações políticas. Primeiro, na condição de mulher, negra, lésbica e da periferia.

Esse crime atinge a representatividade de Marielle, favelada, negra. Diz ao povo que não há potência de transformação. Angela Davis e Audre Lorde afirmam que quando se mudam as condições de vida dessas mulheres, muda-se a estrutura da sociedade. Esse crime diz não a isso.

E aqui cabe uma nota central para esse texto: essa ditadura contra as mulheres, contra o povo preto, contra LGBTQs e contra pobres nunca acabou. O cenário da

imposição da força e da violência contra essas populações é diário e constante. O machismo, a homofobia e o racismo são elementos originários dessa ditadura, que hoje só amplia o seu “público cativo”.

Marielle foi assassinada nas suas representações políticas, como vereadora, militante dos direitos humanos e denunciadora das violências diárias dessa ditadura. Esse ato aponta para uma gravidade da situação atual da democracia brasileira. Trata-se de uma ruptura generalizada que simplesmente cancela o pacto constitucional firmado pelo Brasil em 1988.

Ainda há grito antes da longa noite sem luz

É impossível tratarmos todos esses elementos de forma desconectada. Em diferentes formatos e com diferentes estratégias, há um processo de tentativa de silenciar qualquer resistência ao achincalhe da democracia brasileira proposto pelos golpistas. Inviabilizar a

candidatura legítima do líder das pesquisas faz parte desse todo.

As manifestações que tomaram conta do Brasil, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro após a execução de Marielle são demonstrações disso. As vozes que ecoam das ruas, muitas vezes jovens, espontâneas, com novas formas de expressão e organização são contundentes. As ruas e o espaço público continuam sendo um potencial instrumento de transformação dessa força latente.

Aos movimentos sociais tradicionais e organizados, ao povo que se revolta, aos partidos políticos que se preocupam com o povo, e mesmo àqueles que ainda se preocupam com a democracia, há uma única expressão necessária nesse momento: vivemos os últimos minutos que antecedem uma nova ditadura. Dizer as palavras com os reais significados que elas têm pode ser um bom começo.